

# AS LÍNGUAS ROMÂNICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

*Alfredo Maceira Rodríguez (UCB)*

## 1. AS LÍNGUAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

Com exceção da língua basca (ou vasconço), língua não indo-européia, falada num território denominado País Basco, atualmente uma comunidade autônoma da Espanha<sup>1</sup>, o restante da Península pertence lingüísticamente ao domínio neolatino. Duas destas línguas desfrutam do *status* de línguas nacionais: o espanhol (ou castelhano) e o português.

No território espanhol, a língua oficial, originária da parte central da península (Castela), superpõe-se às demais variedades lingüísticas devido a fatores políticos e à sua universalidade, porém algumas dessas línguas não desapareceram, embora tenham sobrevivido em condições de bilingüismo e/ou diglossia. No entanto, vários conflitos lingüísticos se manifestaram no decorrer da história, tendo recrudescido pela influência do Romantismo, no século XIX e, recentemente por uma política mais liberal do Estado Espanhol. A nova constituição espanhola facultou a elevação das antigas regiões históricas à condição de comunidades autônomas, podendo fazer uso oficial da língua regional, ao par do espanhol, aquelas comunidades que dispusessem de outro vernáculo. Tal é o caso do basco, já mencionado, mas do qual não nos ocuparemos por não se tratar de língua românica, do catalão, língua da comunidade da Catalunha, Valência e Ilhas Baleares e do galego, pertencente à Comunidade autônoma da Galiza.

## 2. O CATALÃO

### 2.1. Origem

Inicialmente considerou-se o catalão um dialeto do provençal<sup>2</sup>. Alguns estudiosos pretenderam filiá-lo ao grupo dos dialetos ibero-românicos, mas parece que T. H. Maurer chegou a uma solução mais acertada ao declarar:

Espero que estas páginas sejam suficientes para mostrar o erro de se tomar o catalão como simples dialeto do provençal, ou mesmo dialeto fundamentalmente galo-românico, pois que ele tem

---

<sup>1</sup> O domínio da língua basca estende-se ao País Vasco francês, na França, e à comunidade autônoma de Navarra, na Espanha.

<sup>2</sup>Meyer-Lübke citado em BALDINGER, Kurt. *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Madrid: Gredos, 1972. p. 125

feições muitas vezes transparentemente ibéricas. Visto também que se desvia freqüentemente do grupo peninsular, aproximando-se incontestavelmente das línguas transpirenaicas, creio ser mais razoável e acorde com os fatos não forçar a sua inclusão em qualquer dos dois grupos, reconhecendo o seu caráter de zona lingüística intermediária entre os dois grupos dialetais românicos mais claramente definidos e opostos.<sup>3</sup>

## 2.2. Domínio

O domínio do catalão está repartido em duas grandes áreas dialetais: a oriental e a ocidental. Cada uma destas áreas comporta diversos subdialetos em seu território. Entre os mais O catalão é a língua das comunidades autônomas da Catalunha, de Valência e das Ilhas Baleares. Como geralmente acontece, as isoglossas dificilmente coincidem com as fronteiras políticas, assim ocorre com o catalão ao longo das fronteiras políticas com as outras comunidades. O domínio do catalão não se limita ao Estado Espanhol. É também a língua do Rossilhão e de outras localidades do sul da França, do Principado de Andorra, e da pequena localidade de Alghero, na ilha da Sardenha.

## 2.3. Dialetos e subdialetos

O domínio do catalão está repartido em duas grandes áreas dialetais: a oriental e a ocidental. Cada uma destas áreas comporta vários dialetos em seu território. Entre os mais difundidos estão o *valenciano*, o *maiorquino* e outros dialetos insulares nas Ilhas Baleares.

## 2.4. Situação atual

Com a autonomia das comunidades do Estado Espanhol, o catalão está sendo intensamente cultivado em todo o seu domínio. A sua diversidade dialetal causa problemas na padronização, que se faz necessária. Parece que a solução está sendo considerar a unidade na diversidade. Sua população deve superar os seis milhões de falantes. É a língua política e socialmente mais desenvolvida no Estado Espanhol, depois da língua nacional.

# 3. O CASTELHANO

## 3.1. Origem

---

<sup>3</sup> MAURER, T. H. *O catalão, o ibero-romance e o provençal*. Separata de *Filosofia, Ciências e Letras*, Nº 12, 1949. p. 41

O *castelhano* originou-se no centro-norte da península (Castela), quando já existiam outros romances, todos expandindo-se do norte para o sul, acompanhando o avanço dos reinos cristãos em direção ao sul, na lenta reconquista do território peninsular aos árabes. A expansão do castelhano foi relativamente rápida e avassaladora, sobrepondo-se a diversos romances e dialetos dos territórios vizinhos. Por motivos políticos (casamento dos Reis Católicos), que motivaram a união dos reinos da Castela e Aragão, escolheu-se a língua de Castela como oficial para toda a Espanha, motivo pelo qual é conhecida também como *espanhol*, língua difundida no vasto império que a partir de então (séc. XVI) se iniciou.

### 3.2. Domínio

O espanhol é a língua românica com maior contingente populacional na Península Ibérica. Teoricamente, todos os espanhóis a têm como língua nativa (cerca de 40 milhões), embora existam grandes áreas consideradas bilíngües: a área do catalão, a do basco e a do galego, somando aproximadamente 12 milhões de habitantes.

### 3.3. Dialetos

Existem grandes territórios com dialetos regionais do espanhol na língua falada. Entre eles citam-se como mais extensos o *andaluz*, o *estremenho* e o *murciano*. A língua escrita e a de comunicação de massas mantêm-se uniforme em todo o domínio peninsular.

### 3.4. Situação atual

Grande parte dos habitantes do Estado Espanhol são monolíngües. Têm como única língua o castelhano, embora existam em muitos casos variantes dialetais mais ou menos marcadas. Nas regiões em que existe outra língua, permanece o bilingüismo, com ou sem digladiá. A mudança política observada a partir da constituição espanhola de 1978, estabelecendo as comunidades autônomas, permitiu o uso oficial das línguas vernáculas das comunidades que as possuem, paralelamente ao espanhol, língua oficial de todo o Estado:

1. El castellano es la lengua española oficial del Estado. Todos los españoles tienen el deber de conocerla y el derecho a usarla.
2. Las demás lenguas españolas serán también oficiales en las respectivas Comunidades Autónomas de acuerdo con sus estatutos.

3. La riqueza de las distintas modalidades lingüísticas de España es un patrimonio cultural que será objeto de especial respeto y protección.<sup>4</sup>

Ao estabelecer-se o regime de comunidades autônomas, estas começaram a intensificar o uso de suas próprias línguas, por todos os meios a seu alcance. É grande, principalmente na área do catalão, a atividade educacional, literária e cultural de seu vernáculo. As demais comunidades também fazem esforços nesse sentido. A Radio Exterior de España, além do espanhol, também transmite nas demais línguas do Estado. As comunidades, por sua vez, têm seus veículos de divulgação, fazendo também grande uso da Internet.

Não há dúvida de que há grande interesse nas próprias comunidades e fora delas, até no exterior, pelo conhecimento dessas línguas minoritárias, antes sufocadas pela língua oficial e consideradas de escasso valor sócio-econômico. Seu interesse seria apenas para a lingüística, pois esta não atribui juízos de valor. Para ela todos são dialetos porque não surgem espontaneamente; todos se originam de outros. O que lhes confere mais ou menos prestígio são outros fatores, geralmente políticos e econômicos.

Atualmente a projeção internacional do espanhol não deve permitir seu declínio no próprio Estado, malgrado o avanço das línguas das comunidades. O provável é que aumente o bilingüismo nessas comunidades, e, superados os possíveis preconceitos contra essas línguas minoritárias, tenha lugar um maior enriquecimento cultural num mundo cada vez mais globalizado.

## 4. O GALEGO-PORTUGUÊS

### 4.1. Origem

O galego-português foi o romance mais ocidental da Península Ibérica. Como os demais romances da península, iniciou-se no norte e foi-se expandindo para o sul. Nos séculos XII-XVI desenvolveu-se nessa língua uma grande literatura lírica, em parte inspirada na literatura provençal, mas com muitas características autóctones. Com a independência de Portugal, não se interrompeu a unidade lingüística e continuou-se a exercer essa literatura em ambos os lados do Minho, contando até com a contribuição de poetas de outras regiões peninsulares. Durante séculos, o galego-português foi a língua da lírica em toda a península, com exceção da parte oriental, área do catalão mais ligada lingüisticamente à França.

---

<sup>4</sup> Art. 3. Título preliminar. Constitución Española.

## 4.2. Independência de Portugal

A Galiza atual, um amplo território do norte de Portugal e parte das atuais comunidades de Astúrias e Castela-Leão, constituíam uma unidade cultural e lingüística. Os romanos elevaram-na a província romana com o nome de Galécia, no séc. III. Com a invasão germânica, os suevos estabeleceram um reino nesse território, que durou até ser incorporado ao reino visigodo, em 585. Com a invasão da península pelos árabes, em 711, o reino visigodo foi destruído, mas o território da Galiza foi logo reconquistado e incorporado ao novo reino de Astúrias, mais tarde passando a fazer parte do reino de Leão. Em 1139, o Condado Portucalense, território situado entre os rios Minho e Douro, tornou-se independente do Reino de Leão e transformou-se num novo reino. Rompia-se assim a unidade política, embora, durante algum tempo se mantivesse a unidade lingüística, como vimos ao tratar da literatura lírica. A Galiza permaneceu unida à Espanha, tendo o espanhol como língua oficial, ficando assim sua língua nativa relegada quase exclusivamente ao uso oral, conservando-se nessa condição durante vários séculos.

## 4.3. Ruptura da unidade lingüística galaico-portuguesa

Ao tornar-se reino independente e expandir seu território para o sul, Portugal deslocou seu centro de influência lingüística para o sul do país, afastando-se do galego e dos dialetos minhotos e recebendo influência dos dialetos moçárabes dos territórios conquistados. Além disso, Portugal tornou-se um império ultramarino e teve necessidade de adequar e enriquecer sua língua para satisfazer as necessidades da nova potência marítima. O galego permaneceu quase exclusivamente como língua de camponeses porque a função de língua oficial e língua escrita em geral correspondia ao espanhol. Essa situação persistiu quase sem alteração do séc. XV ao séc. XIX, quando o Romantismo fez com que também na Galiza se buscassem os valores da tradição e da identidade do povo, entre elas a língua, talvez como a mais importante.

# 5. O PORTUGUÊS

## 5.1. Origem

O português, juntamente com o galego, constituíam o romance peninsular mais ocidental. O romance, originado no latim vulgar ibérico, como os demais romances peninsulares, foi denominado *a posteriori* galego-português para referir-se ao romance em que se produziu a literatura lírica de influência trovadoresca. Depois da independência do país, o português foi-se afastando aos poucos do galego, até se transformar no português mo-

derno, cujo divisor de águas é situado no séc. XVI, com a publicação da conhecida epopéia camoniana.

## 5.2. Domínio e situação atual

O território português não possui regiões históricas com língua própria, como ocorre no Estado Espanhol, embora existam vários dialetos, limitados ao uso oral. Por isso pode-se considerar um país monolíngüe, com uma população de cerca de dez milhões de habitantes.

## 6. O GALEGO

### 6.1. Origem

O galego, como o português, teve início no romance originado no latim vulgar ibérico, em seu extremo peninsular mais ocidental. É neste território que se situa o cabo Finisterre, o *Finis Terrae* dos romanos, região tardiamente romanizada, pela distância de Roma e pela resistência dos nativos. O galego e o português originaram-se no mesmo romance e, ainda hoje, possuem muito em comum, em sua estrutura, fonologia, léxico e morfologia.

### 6.2. Classificação do galego

É sabido que o galego pertence ao mesmo sistema do português, está muito mais próximo deste do que do espanhol, apesar da influência que a língua do Estado exerce sobre ele, por motivos extralingüísticos que não nos cabe aqui analisar. O certo é que têm sido controvertidas as opiniões sobre sua classificação, mas o que até hoje pode ter sido motivo de controvérsia, parece encerrar-se com o novo *status* de língua oficial da comunidade autónoma da Galiza. A classificação de dialeto só pode ser aceita do ponto de vista da lingüística, segundo o qual as línguas românicas são dialetos do latim, como este o é do itálico e assim por diante. É claro que não é este critério classificatório o que considerava ou considera o galego um dialeto. Ele se prende a fatores de prestígio, nada tendo a ver com a ciência lingüística.

### 6.4. Ressurgimento do galego

Depois de um longo período sem cultivo literário, na época do apogeu romântico, o galego foi intensamente empregado na literatura e, desde então, tomou-se consciência de seu valor para a identidade do homem galego. Durante o período ditatorial (1936-1975), o galego, assim como as demais línguas históricas da península, se não foram especificamente proibidas, foram desestimuladas, cessando sua atividade literária. O galego não cessou

totalmente porque grandes colônias de galegos no continente americano continuaram produzindo obras literárias.

### 6.5. **Domínio**

O galego é a língua da comunidade autónoma da Galiza, penetrando em áreas fronteiriças de outras comunidades autónomas. Sua população é de cerca de três milhões de habitantes.

### 6.6. **Situação atual**

A Galiza, a partir de sua instituição como comunidade autónoma, começou a lutar pela padronização de sua língua, tarefa bastante dificultada pela dialetalização causada por tão longo período em que ficou abandonada quase exclusivamente à oralidade. A luta pela padronização tornou-se difícil por causa de opiniões divergentes, uns querendo uma língua moderna e aceitando até algo da influência do espanhol e outros pretendendo sua reintegração ou aproximação ao português, mesmo tendo em conta o grande afastamento do português atual. Finalmente, em 1982, foi publicado um trabalho conjunto de duas entidades lingüísticas, Instituto de Língua Galega e Real Academia Galega, com o título *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. Este documento estabelece as normas do que seria o galego padrão, embora não fique totalmente fechado a outras possíveis realizações. Existem notas explicando e justificando a escolha de determinadas variantes dialetais:

Unha lingua común asentada na fala, pero depurada de castellanismos, supradialectal, enraizada na tradición, coherente e harmónica coas demais linguas de cultura, esixe:

1. Excluí-lo diferencialismo radical porque, aínda querendo ser unha postura de defensa fronte ó castelán, manifesta de feito unha posición dependente e dominada con respecto a esta lingua. Han de excluírse, con maior razón, solucións diferencialistas que só sexan falsas analoxías e vulgarismos.

2. Excluír tamén a evasión cara a lingua medieval: formas definitivamente mortas e arcaicas non deben suplantar outras vivas e galegas.

3. Valora-lo aporte do portugués peninsular e brasileiro, pero excluír solucións que, aínda sendo apropiadas para esa lingua, sexan contrarias á estrutura lingüística do galego. O punto de partida e de chegada en calquera escolla normativa ha de ser sempre o galego, que non debe sacrificas-las súas características

proprias e relevantes en beneficio das de unha lingua irmá, pero diferente.<sup>5</sup>

Estas *Normas* foram adotadas pela **Xunta de Galicia** (governo da comunidade autónoma), logo depois de sua publicação e, desde então, regem o galego oficial. Esta normativa é a única válida para concursos, subvenções e tudo o que tenha qualquer vínculo com o governo da comunidade. No início houve discordância quanto à validade destas normas, principalmente por parte da corrente reintegracionista, mas parece que atualmente são geralmente aceitas. O semanário tradicional *A Nosa Terra*, aceita colaborações em outras variedades de galego e mesmo em português, porém parece uma exceção, pois o único jornal diário publicado atualmente em galego em galego, *O Correo Galego*, segue basicamente o galego das *Normas*, como é fácil comprovar mesmo em sua edição eletrônica da Internet. Os livros que estão sendo publicados, inclusive o *Diccionario Xerais da Lingua*, empregam basicamente o galego. O mesmo ocorre com as cada vez mais frequentes publicações de empresas particulares e com o uso do galego na publicidade.

Estudos sobre o galego continuam sendo realizados em diversas áreas, particularmente na de Dialectologia. Na introdução de uma de suas obras neste campo, o dialetólogo Francisco Fernández Rei assim se manifesta a respeito do galego:

A presente *Dialectoloxía galega* non pretende ser máis ca unha contribución ó coñecemento e difusión da lingua galega, que a pesar das investigacións levadas a cabo sobre diferentes aspectos nos anos setenta e oitenta, aínda segue a ser unha gran descoñecida para moitos romanistas, máis preocupados polas grandes linguas estatais ca polas “minoritarias”, como é a lingua galega; e cando algún se achegou ó “latín” falado no noroeste da Península Ibérica foi para situalo como dialecto do español, nalgún caso, ou como simple dialecto do portugués, manifestando ó mesmo tempo un total descoñecemento sobre a realidade lingüística (e sociolingüística) do que se fala ó norte do río Miño.<sup>6</sup>

Podemos constatar que, apesar da grande influência exercida pela língua do Estado e da política de globalização em que vivemos, o galego está sendo estudado e empregado como em nenhum outro período histórico. Desperrou o interesse de estudiosos e vem perdendo paulatinamente o caráter pejo-

---

<sup>5</sup> *Normas...*, p. 8.

<sup>6</sup> Fernández Rei. F. *Dialectoloxía...*, p. 10.

rativo em que estava envolvido por razões históricas e políticas, que não nos cabe aqui discutir. O homem galego vem tomando consciência de sua identidade. Possivelmente permanecerá a situação bilíngüe, porém sem diglossia.

## 7. CONCLUSÃO

Podemos verificar que na Península Ibérica (e Baleares) existem duas línguas românicas nacionais: o português, em todo o território do Portugal europeu e o espanhol em todo o Estado Espanhol. (As isoglossas raramente coincidem com as fronteiras políticas, mas isso pouco afeta o domínio de cada língua, ao menos em termos gerais, como é o caso de nosso estudo).

A população de Portugal pode considerar-se monolíngüe pelos critérios que vimos adotando. Não existe em seu território nenhuma língua (ou dialeto) regional concorrendo com a língua oficial. O mesmo não acontece no Estado Espanhol. Nele existe uma ampla faixa de território com população monolíngüe, porém há grandes zonas periféricas consideradas bilíngües. Nelas existem línguas vernáculas tradicionais, geralmente mais antigas que o próprio castelhano. Nestas áreas, o espanhol foi sobreposto e as correspondentes línguas regionais permaneceram como línguas faladas ou com escassa participação escrita. Geralmente escrevia-se na língua oficial. As tentativas separatistas de algumas destas regiões (ou nacionalidades) periféricas também enfatizavam o valor da língua vernácula como característica de identidade nacional. O Romantismo voltou-se para as raízes medievais dos povos da Europa, e a Espanha não foi uma exceção. Por isso, essas línguas minoritárias têm sido reprimidas pelo poder central. A maior repressão ocorreu durante a ditadura franquista, que terminou em 1975, com a morte do ditador. Com o advento da democracia e com a promulgação da constituição espanhola em 1978, as nacionalidades históricas (regiões) puderam constituir-se em comunidades autônomas e usar oficialmente sua língua, paralelamente ao espanhol. A partir de então, começou uma intensa atividade para padronizar e divulgar essas línguas. Com exceção do basco, que não tem como protolíngua o latim, pois remonta a uma época muito mais antiga, as demais tiveram origem no latim vulgar ibérico e não diferem muito lingüisticamente. De todas, a mais difundida e estudada é o catalão, que, com variantes dialetais, tem como domínio não só a comunidade autônoma da Catalunha, mas também a de Valência e a das Ilhas Baleares, projetando-se ainda para fora do Estado no Rossilhão (sul da França) e no pequeno Principado de Andorra, entre a Espanha e a França.

Com referência ao galego sabemos que no início formou parte do romance mais ocidental da Península, sendo posteriormente denominado galego-português devido a ter sido utilizado como língua de compromisso na escola de poesia lírica denominada galego-portuguesa. Deste tronco afastou-se o português por motivos políticos. Tornou-se a língua oficial de uma nova nação e sofreu influência de dialetos do sul do território português, inclusive dos moçárabes (povos que preservaram alguma espécie de romance oral, mesmo durante séculos de dominação árabe).

O galego foi conservado como língua falada, com bastante dialetalização, porém com surpreendente unidade em sua diversidade. É a língua peninsular mais conservadora. A partir da elevação da Galiza a comunidade autônoma, o galego foi padronizado e desfrutou do *status* do catalão e do basco: é a língua de uma comunidade autônoma.

Apesar do afastamento do português, o galego é ainda mais próximo dele, lingüisticamente, do que do castelhano e do catalão, contudo existem grandes diferenças, particularmente fonológicas e semânticas, que parecem tornar impossível a reintegração. O fato real, objeto deste estudo, é que no domínio das línguas da Península Ibérica, a Galiza é uma comunidade bilíngüe, como as outras mencionadas, cuja língua é autônoma, possuindo normas, gramática e dicionários próprios, elementos que, entre outros, segundo Fishman<sup>7</sup>, caracterizam a autonomia de uma língua.

Vemos que o campo é vasto e permite uma ou várias linhas de pesquisa nesta direção, o que só pode enriquecer não só os estudos desta área em particular mas também outros das ciências lingüísticas em geral, entre nós tão pouco prestigiados.

## 8. BIBLIOGRAFIA

FERNÁNDEZ REI, Francisco. *Dialectología da lingua galega*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1990.

FISHMAN, Joshua A. *Sociolinguistics: a brief introduction...* 4. ed. Massachusetts: Yeshiva University, 1975..

GARCÍA NEGRO, María Pilar. *O galego e as leis: Aproximación sociolingüística*. Vigo: Edicións do Cumio, 1991.

MACEIRA RODRÍGUEZ, Alfredo. O catalão e sua contribuição ao léxico português. In: *Revista Philologus*, 5: 9-20, maio/ago, 1996.

---

<sup>7</sup> FISHMAN, Joshua A. *Sociolinguistics...*, p. 24-28.

NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLÓXICAS *do idioma galego*.  
Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega/Real Academia Galega,  
1982.